

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

1

A Resolução CMN nº 4.910/2021 estabelece as diretrizes para a auditoria independente das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, visando garantir a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras. A resolução define as responsabilidades dos auditores independentes, os requisitos de independência, os procedimentos de auditoria e as obrigações de comunicação dos auditores com os órgãos reguladores. Além disso, ela aborda a necessidade de os auditores manterem uma postura ética e profissional, prevenindo conflitos de interesse e assegurando a fidedignidade das informações financeiras auditadas, em conformidade com as normas contábeis e de auditoria vigentes.

Nesse contexto, o auditor independente deve elaborar, como resultado do trabalho de auditoria, os relatórios

- (A) de cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada.
- (B) de auditoria, expressando sua opinião sobre os relatórios financeiros gerenciais, inclusive quanto à adequação ao padrão contábil definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
- (C) de revisão, expressando sua conclusão sobre os relatórios financeiros gerenciais, inclusive quanto à adequação ao padrão contábil definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
- (D) de evidências, expressando sua conclusão sobre as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação ao padrão contábil definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
- (E) do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada, evidenciando as deficiências identificadas.

2

A Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021, estabelece diretrizes para os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma exige que essas instituições implementem, mantenham e revisem continuamente seus sistemas de controles internos, de forma a assegurar a integridade, a confiabilidade, e a tempestividade das informações financeiras e operacionais. Além disso, a resolução destaca a necessidade de identificar, monitorar e mitigar os riscos a que as instituições estão expostas, garantindo que as operações sejam realizadas em conformidade com as normas regulatórias e em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa, promovendo a segurança e a estabilidade do sistema financeiro.

De acordo com esse normativo, os sistemas de controles internos devem ter como finalidade atingir os objetivos de

- (A) conformidade: relacionados ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos.
- (B) desempenho: relacionados à eficácia no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas pela instituição financeira.
- (C) integridade: relacionados à credibilidade, fornecendo a base para a confiança dada ao sistema de controle interno da instituição financeira.
- (D) informação: relacionados à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de governança corporativa.
- (E) *compliance*: relacionados à fiscalização recorrente das práticas adotadas, para garantir que elas estão sendo seguidas, verificar como estão sendo aplicadas e identificar possíveis falhas ou oportunidades de melhoria.

3

A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e suas alterações posteriores, conhecida como a Lei de "Lavagem de Dinheiro", estabelece os crimes relacionados à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores provenientes de infrações penais, bem como as penas aplicáveis. A lei impõe obrigações rigorosas às instituições financeiras e outros setores específicos, como a implementação de controles internos, a identificação de clientes e a comunicação de operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Além disso, a legislação prevê a cooperação internacional e a adoção de medidas cautelares, como o sequestro e a indisponibilidade de bens, com o objetivo de prevenir e reprimir a lavagem de dinheiro e fortalecer a integridade do sistema financeiro nacional.

Relacione os agentes a seguir, constantes na Lei nº 9.613/1998, com suas respectivas funções:

1. COAF
 2. BANCO CENTRAL
 3. JUIZ DE DIREITO
 4. BANCO COMERCIAL
- () Manterá registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ativos virtuais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta Lei expedidas.
- () Disciplinará, aplicará penas administrativas, receberá, examinará e identificará as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.
- () Manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores.
- () Nomeará pessoa física ou jurídica qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias, mediante termo de compromisso.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
(B) 2 – 3 – 4 – 1.
(C) 4 – 3 – 2 – 1.
(D) 4 – 1 – 2 – 3.
(E) 2 – 4 – 3 – 1.

4

A NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL, de 20 de novembro de 2015, define os conceitos e princípios fundamentais que orientam os trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis no Brasil. Ela estabelece as responsabilidades dos auditores em relação à execução de auditorias, revisões, outros trabalhos de assecuração e serviços correlatos, visando garantir a qualidade e a confiabilidade das informações financeiras auditadas. A estrutura conceitual aborda questões como a independência, a objetividade, o ceticismo profissional, a competência técnica e a ética que os auditores devem manter ao longo do processo de auditoria. Além disso, ela define os elementos e os objetivos dos serviços de auditoria, reforçando a necessidade de uma abordagem sistemática e disciplinada para fornecer uma base adequada para a emissão de opiniões sobre as demonstrações contábeis.

Quanto à NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL não é uma norma e, por conseguinte, não estabelece nenhum requisito (nem princípios básicos ou procedimentos essenciais) para a realização de auditorias, revisões ou outros trabalhos de assecuração.
- () Trabalho de assecuração é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.
- () O "auditor independente" (pessoa física ou jurídica) é aquele que conduz o trabalho (geralmente o sócio responsável pelo trabalho ou outros membros da equipe, ou, conforme adequado, a firma), aplicando habilidades e técnicas de assecuração para obter segurança razoável ou limitada, conforme adequado, sobre se a informação do objeto está livre de distorções relevantes.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
(B) F – F – V.
(C) F – V – F.
(D) V – F – V.
(E) V – V – V.

5

A Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, estabeleceu o novo Marco Legal do Câmbio no Brasil, modernizando a legislação sobre o mercado de câmbio, o capital estrangeiro no país e as operações de brasileiros no exterior. A lei simplificou e flexibilizou as regras para as operações cambiais, permitindo maior liberdade para a negociação de moedas estrangeiras e reduzindo a burocracia para empresas e cidadãos e também permitiu que instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central pudessem operar contas em moeda estrangeira no Brasil, ampliando as possibilidades de uso de moeda estrangeira no país. Além disso, a lei visou fortalecer a integração do Brasil com os mercados financeiros internacionais, promover a competitividade das empresas brasileiras no exterior e aumentar a transparência e a segurança das operações cambiais.

Quanto à Lei nº 14.286/2021, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () As operações no mercado de câmbio podem ser realizadas livremente, sem limitação de valor, observados a legislação, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e o regulamento a ser editado pelo Banco Central do Brasil.
- () A taxa de câmbio é livremente pactuada entre as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio e entre as referidas instituições e seus clientes.
- () As operações no mercado de câmbio podem ser realizadas somente por meio de instituições autorizadas a operar nesse mercado pelo Banco Central do Brasil, na forma desta Lei.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

6

De acordo com a NBC PG 01 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, a transgressão de preceito da norma constitui infração ética e deve ser sancionada segundo a gravidade.

Em relação à referida norma, considere os itens a seguir:

- I. gravidade da infração;
- II. punição ética anterior transitada em julgado;
- III. ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional;
- IV. ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.

Na aplicação das sanções éticas, podem ser considerados agravantes os itens

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

7

A NBC PA 02 – REVISÃO DE QUALIDADE DO TRABALHO trata da indicação e da elegibilidade do revisor de qualidade do trabalho e das responsabilidades do revisor de qualidade do trabalho relacionadas com a realização e a documentação da revisão de qualidade do trabalho.

Com relação à documentação, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F), de acordo com a referida norma.

- () A firma deve estabelecer políticas ou procedimentos que requerem que o revisor de qualidade do trabalho assuma a responsabilidade pela gestão e pelo alcance da qualidade no trabalho, assim como pelo direcionamento e supervisão dos membros da equipe de trabalho. Deste modo, o revisor de qualidade do trabalho deve obter evidência para suportar a opinião ou a conclusão sobre o trabalho.
- () O revisor de qualidade do trabalho deve determinar que a documentação da revisão de qualidade do trabalho é suficiente para permitir ao auditor experiente, sem nenhuma conexão anterior com o trabalho, entender a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados pelo revisor de qualidade do trabalho e, quando aplicável, pelos indivíduos que auxiliaram o revisor, e as conclusões obtidas na realização da revisão.
- () O revisor de qualidade do trabalho deve determinar que a documentação da revisão de qualidade do trabalho inclua os nomes do revisor de qualidade do trabalho e dos indivíduos que auxiliaram na revisão de qualidade do trabalho, uma identificação da documentação do trabalho revisada, a base para a determinação do revisor de qualidade do trabalho, as notificações requeridas e a data da conclusão da revisão de qualidade do trabalho.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

8

De acordo com a NBC PA 11– REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES, revisão pelos pares é o exame realizado por auditor independente nos trabalhos de auditoria executados por outro auditor independente, visando verificar se

- (A) a determinação e o controle da contabilidade tributária nas empresas clientes e as práticas relacionadas ao meio ambiente adotadas pelo auditor estão em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, quando aplicável, com outras normas emitidas por órgão regulador.
- (B) as normas contábeis utilizadas pelas empresas clientes e o sistema de controle de qualidade desenvolvido e adotado pelo auditor estão em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, quando aplicável, com outras normas emitidas por órgão regulador.
- (C) os procedimentos e as técnicas de auditoria utilizados para execução dos trabalhos nas empresas clientes e as práticas de governança corporativa adotadas por elas estão em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, quando aplicável, com outras normas emitidas por órgão regulador.
- (D) as práticas de governança corporativa adotadas para execução dos trabalhos nas empresas clientes e as normas contábeis utilizadas por elas estão em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, quando aplicável, com outras normas emitidas por órgão regulador.
- (E) os procedimentos e as técnicas de auditoria utilizados para execução dos trabalhos nas empresas clientes e o sistema de controle de qualidade desenvolvido e adotado pelo auditor estão em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, quando aplicável, com outras normas emitidas por órgão regulador.

9

Leia o fragmento a seguir.

De acordo com a NBC PO 900– INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO, a independência deve ser mantida durante o período de contratação e o período coberto pelas informações do objeto.

Quando o trabalho não é de natureza recorrente, o período de contratação se inicia quando _____ e termina quando _____.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) o contrato referente ao trabalho de asseguaração é assinado / o relatório de asseguaração é emitido.
- (B) o contrato referente ao trabalho de asseguaração é assinado / a equipe de asseguaração termina os serviços e se prepara para emitir o relatório.
- (C) a equipe de asseguaração começa a executar os serviços de asseguaração referentes ao trabalho específico / o relatório de asseguaração é emitido.
- (D) o contrato referente ao trabalho de asseguaração é assinado / a equipe de asseguaração começa a executar os serviços de asseguaração referentes ao trabalho específico.
- (E) a equipe de asseguaração começa a executar os serviços de asseguaração referentes ao trabalho específico / a equipe de asseguaração termina os serviços e se prepara para emitir o relatório.

10

Analise as afirmativas a seguir, acerca do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) – Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil:

- I. O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) foi instituído pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelo Banco Central do Brasil (BCB).
- II. Está entre os objetivos do Cosif racionalizar a utilização de contas e prover informações para a supervisão das instituições reguladas.
- III. No que diz respeito à escrituração, ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação contábeis, são obrigadas a observar e cumprir com as normas consubstanciadas no Cosif as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

11

Avalie se as competências da Política do Conselho Monetário Nacional incluem:

- I. delimitar, com periodicidade não inferior a três anos, o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e de suas agências ou filiais.
- II. expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras.
- III. limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais.
- IV. regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive entre aquelas sujeitas ao mesmo controle acionário ou coligadas.

Com base no Art. 4º da Lei nº 4.595 de 31/12/1964, estão corretas as competências

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.

12

O Cliente Pessoa Física fez um depósito à vista no valor de R\$10.000,00 na sua conta corrente no dia 27/03/20XX. Em 27/04/20XX o cliente movimentou o valor do depósito à vista para a sua conta de depósito. Em 27/05/20XX, o Banco Sucesso S.A realizou a remuneração de 0,5% ao mês, em data aniversária do depósito em poupança do Cliente, no valor de R\$50,00 e depois, o Cliente sacou o valor integral da conta.

Assinale a opção que apresenta a contabilização correta das movimentações desse cliente pelo Banco.

- D – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Caixa – R\$10.000,00
 D – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 (A) D – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$50,00
 C – Rendas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
 D – Caixa – R\$R\$10.050,00
 C – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$10.050,00
- D – Caixa – R\$10.000,00
 C – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 D – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 (B) D – Despesas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
 C – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$50,00
 D – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$10.050,00
 C – Caixa – R\$10.050,00
- D – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Caixa – R\$10.000,00
 D – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 (C) D – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$50,00
 C – Rendas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
 D – Caixa – R\$R\$10.050,00
 C – Depósitos à de Poupança Livres – Pessoas Naturais – R\$R\$10.050,00
- D – Caixa – R\$10.000,00
 C – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 D – Depósitos Conta Corrente de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Depósitos Conta Poupança de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 (D) D – Depósitos Conta Corrente de Pessoas Naturais – R\$50,00
 C – Depósitos Conta Poupança de Pessoas Naturais – R\$50,00
 C – Depósitos Conta Poupança de Pessoas Naturais – R\$10.050,00
 C – Caixa – R\$10.050,00
- D – Depósitos de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Caixa – R\$10.000,00
 D – Depósitos Conta Corrente de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 C – Depósitos Conta Poupança de Pessoas Naturais – R\$10.000,00
 (E) D – Depósitos Conta Poupança de Pessoas Naturais – R\$50,00
 C – Rendas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
 D – Caixa – R\$R\$10.050,00
 C – Depósitos Conta Poupança de Pessoas Naturais – R\$10.050,00

13

A Resolução CMN nº 4.956, de 21/10/2021, estabelece limite máximo para o montante de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial.

Avalie, com base nessa Resolução, se as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () Não estão sujeitas ao disposto nesta Resolução as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais e as instituições enquadradas no Segmento 5 (S5), nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017.
- () Os procedimentos e parâmetros para apuração do valor da exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial serão estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.
- () Os processos e os controles relativos ao limite estabelecido nesta Resolução constituem responsabilidade do diretor para gerenciamento de riscos (CRO).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

14

O Conselho Monetário Nacional foi instituído com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito objetivando o progresso econômico e social do País. Nessa Lei também foi instituído o seguinte órgão cuja função clássica é a emissão do moeda-papel:

- (A) Banco do Brasil.
- (B) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- (C) Casa da Moeda.
- (D) Banco Central do Brasil.
- (E) Conselho Monetário Nacional.

15

O cliente Pessoa Física, correntista do Banco Sucesso S.A., aplicou o valor de R\$10.000,00 na sua conta poupança no dia 03/11/20XX. Em 03/12/20XX o Banco Sucesso S.A realizou a remuneração de 0,5% ao mês, em data aniversário, do depósito em poupança do cliente, no valor de R\$50,00.

Assinale a opção correta acerca da última movimentação da conta poupança desse cliente pelo banco.

- (A) D – Despesas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
C – Disponibilidades – R\$50,00
- (B) D – Despesas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
C – Depósitos de Poupança Livres Pessoas Naturais – R\$50,00
- (C) D – APE - Despesas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
C – Depósitos de Poupança Livres Pessoas Naturais – R\$50,00
- (D) D – Despesas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
C – APE – Depósitos de Poupança Livres Pessoas Naturais – R\$50,00
- (E) D – APE - Despesas de Depósitos de Poupança – R\$50,00
C – APE – Depósitos de Poupança Livres Pessoas Naturais – R\$50,00

16

De acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil, o COSIF, a conta de financiamentos de conta margem serve para registrar as operações realizadas sob a modalidade de financiamentos destinados

- (A) a aquisição de ações.
- (B) a operações de margem livre.
- (C) a operações de arrendamento.
- (D) a aplicação na conta margem.
- (E) a operações de margem de crédito.

17

A metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira consiste no somatório do Nível I e do Nível II, sendo o Nível I correspondente ao valor do somatório do Capital Principal com o Capital Complementar. O Capital Principal de uma instituição financeira, composto pelo Patrimônio Líquido e as contas de Resultado, é registrado no valor de R\$183,5 bilhões, porém o PR foi contabilizado em R\$150 bilhões.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a apuração do PR, assinale a opção que apresenta uma conta patrimonial que pode ter sido considerada nos cálculos dos Ajustes Prudenciais.

- (A) Ativos imobilizados.
- (B) Ativos intangíveis.
- (C) Instrumentos financeiros.
- (D) Participação de controladores.
- (E) Tributos a pagar.

18

Considere as seguintes informações:

Valor da operação	Dias de atraso
R\$200.000,00	0
R\$300.000,00	7
R\$150.000,00	27
R\$50.000,00	33
R\$15.000,00	72
R\$10.000,00	101
R\$6.000,00	127
R\$10.000,00	173
R\$7.000,00	220

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, o valor da provisão total da Instituição Bancária é

- (A) R\$24.500,00
- (B) R\$20.485,00
- (C) R\$26.000,00
- (D) R\$74.850,00
- (E) R\$24.850,00

19

De acordo com a NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL PARA TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO, em seu item 57, a principal característica do julgamento profissional esperada do auditor independente é que ele seja exercido por auditor cujo treinamento, conhecimento e experiência auxiliaram no desenvolvimento das _____ necessárias para alcançar julgamentos razoáveis.

Assinale a opção que completa o fragmento corretamente.

- (A) avaliações
- (B) funcionalidades
- (C) inferências
- (D) observações
- (E) competências

20

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.), estabelece o regime jurídico aplicável às sociedades por ações no Brasil, regulando a constituição, o funcionamento, os direitos e deveres dos acionistas, da administração, de assembleias, e demais aspectos das companhias que adotam essa estrutura societária.

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, assinale a afirmativa correta.

- (A) Um administrador pode usar informações privilegiadas para realizar transações pessoais, desde que não cause prejuízo à companhia.
- (B) É permitido ao administrador praticar atos de liberalidade à custa da companhia, contanto que seja com o consentimento do conselho de administração.
- (C) Um administrador pode tomar empréstimos de recursos da companhia para uso pessoal, desde que informe os acionistas em assembleia-geral.
- (D) Ao administrador é vedado receber vantagens pessoais de terceiros em razão do exercício de seu cargo, sem autorização estatutária ou da assembleia-geral.
- (E) Administradores eleitos por grupo ou classe de acionistas têm deveres distintos em relação aos demais administradores, podendo defender prioritariamente os interesses dos que os elegeram.

21

Em situações de liquidação extrajudicial, como detalhado na Resolução BCB nº 13, o COSIF estabelece procedimentos específicos para o ajuste de ativos e passivos, garantindo que os demonstrativos financeiros reflitam fielmente a posição patrimonial da instituição em crise.

Assinale a opção que apresenta o procedimento contábil correto para o registro de créditos tributários por uma instituição financeira em regime de liquidação extrajudicial, conforme o COSIF e a Resolução BCB nº 13.

- (A) Os créditos tributários que não possam ser ressarcidos devem ser mantidos no ativo até que sejam confirmados como não compensáveis.
- (B) Todos os créditos tributários devem ser mantidos no ativo até o final do processo de liquidação extrajudicial.
- (C) Os créditos tributários devem ser baixados do ativo imediatamente após a decretação do regime de liquidação extrajudicial, se não forem passíveis de ressarcimento ou compensação.
- (D) Os créditos tributários devem ser reclassificados como despesas operacionais imediatamente.
- (E) Os créditos tributários devem ser transferidos para uma conta de resultado de exercícios futuros até que seu valor seja determinado.

22

A Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, introduz um novo marco regulatório para o mercado de câmbio brasileiro, além de abordar a gestão do capital brasileiro no exterior e do capital estrangeiro no Brasil. Essa legislação tem como objetivo modernizar as normas cambiais, simplificar operações financeiras internacionais e aumentar a segurança e a transparência do mercado. Entre as principais disposições, a lei confere ao Banco Central do Brasil a autoridade para regulamentar o mercado de câmbio, estabelecendo diretrizes para as instituições autorizadas a operar nesse mercado.

De acordo com a Lei nº 14.286, é correto afirmar que

- (A) o Banco Central do Brasil tem autoridade para definir o valor da taxa de câmbio em operações de câmbio.
- (B) as instituições não precisam ser autorizadas pelo Banco Central para operar no mercado de câmbio.
- (C) residentes podem realizar operações de câmbio sem qualquer identificação ou qualificação pelos bancos.
- (D) o Banco Central do Brasil pode exigir informações dos residentes para a compilação de estatísticas macroeconômicas oficiais.
- (E) todas as transações de câmbio devem ser realizadas em moeda estrangeira.

23

O CTA 14 (Comunicado Técnico 14) aborda a emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

De acordo com o CTA 14, quando uma instituição financeira opta pelo diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociações de operações de crédito, conforme permitido pela Resolução CMN nº 4.036, o auditor deve

- (A) considerar o diferimento como uma prática contábil aceitável e não precisa modificar sua opinião ou conclusão, desde que a instituição divulgue adequadamente a política de diferimento em suas notas explicativas.
- (B) aceitar o diferimento como uma prática contábil padrão e não é necessário fazer ajustes ou modificações no relatório de auditoria, independentemente dos impactos nas demonstrações contábeis.
- (C) emitir um relatório com uma opinião com ressalva, pois o diferimento do resultado líquido negativo é considerado um desvio das práticas contábeis gerais, a menos que a importância do desvio justifique uma opinião adversa.
- (D) emitir um relatório com uma opinião adversa, pois o diferimento do resultado líquido negativo é uma prática contábil inadequada e não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (E) adaptar sua conclusão para uma opinião com ressalva ou uma abstenção de opinião, conforme necessário, de acordo com a NBC TR 2410, e deve incluir uma explicação detalhada sobre o impacto do diferimento no relatório.

24

O Comunicado Técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas CTA 21 R1, aprovado pelo CFC, oferece orientações detalhadas para a emissão de relatórios de auditoria relacionados ao Relatório do Conglomerado Prudencial e às Demonstrações Contábeis Consolidadas de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Sobre o Relatório do Conglomerado Prudencial e a emissão do relatório do auditor independente, de acordo com o CTA 21, é correto afirmar que

- (A) o Relatório do Conglomerado Prudencial deve ser elaborado e enviado ao Banco Central do Brasil trimestralmente, e a auditoria não requer asseguração razoável, pois o relatório é meramente informativo.
- (B) o Relatório do Conglomerado Prudencial deve ser assegurado razoavelmente por um auditor independente e elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.911 e a Resolução BCB nº 146, que requerem a remessa semestral do relatório para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro.
- (C) o auditor não precisa considerar a NBC TA 800 ao auditar o Relatório do Conglomerado Prudencial, uma vez que esse relatório não é um conjunto completo de demonstrações contábeis.
- (D) o Relatório do Conglomerado Prudencial deve ser preparado e assegurado com base em normas internacionais, e não há necessidade de seguir as orientações específicas do Banco Central do Brasil.
- (E) o Relatório do Conglomerado Prudencial não necessita de parágrafos adicionais no relatório do auditor, pois o conteúdo do relatório é considerado suficientemente explicativo e não requer alertas ou menções especiais.

25

O CTA 29 orienta os auditores independentes sobre a emissão de relatórios de auditoria para as demonstrações contábeis semestrais das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

De acordo com o CTA 29, a principal diferença na apresentação de notas explicativas entre as demonstrações contábeis anuais e as semestrais, conforme a Resolução nº 4.720/2019 e a Circular nº 3.959/2019, reside no fato de que

- (A) as notas explicativas das demonstrações semestrais não precisam incluir informações sobre eventos subsequentes ao final do período intermediário.
- (B) as instituições podem optar por apresentar notas explicativas completas ou selecionadas nas demonstrações contábeis semestrais, enquanto apenas notas explicativas completas são exigidas para as anuais.
- (C) as notas explicativas nas demonstrações semestrais não precisam descrever as alterações nas políticas contábeis, enquanto nas anuais isso é obrigatório.
- (D) as notas explicativas das semestrais podem incluir apenas informações sobre as alterações nas estimativas de valores, ao contrário das anuais que devem abordar todas as categorias de informações.
- (E) as demonstrações contábeis semestrais devem seguir uma estrutura diferente para as notas explicativas quando comparadas às anuais, sendo obrigatória a inclusão de informações detalhadas sobre os principais assuntos de auditoria.

Questão Discursiva 1

As principais operações das instituições financeiras são as operações de crédito, as quais podem ser divididas em três modalidades. Além disso, deve-se considerar que essas operações de crédito podem ser classificadas de acordo com a escala rating de crédito tratada na Resolução nº 2.682, de 1999, e suas alterações.

Em relação ao tema, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Apresente e explique as modalidades das operações de crédito.**
- B) Diga o que são e para que servem as escalas *ratings* de crédito e indique os níveis dessas escalas.**
- C) Explique por que os critérios de classificação das operações de crédito se relacionam com a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.**
- D) Discorra sobre o que são e para que servem as contas de compensação. É possível um lançamento em conta de compensação ter como contrapartida uma conta patrimonial ou de resultado? Justifique a sua resposta com base na relação entre as contas de compensação e as escalas *rating* de crédito.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Questão Discursiva 2

No âmbito da regulação financeira, o Índice de Basileia desempenha um papel crucial na avaliação da solidez e da adequação de capital das instituições financeiras. As Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2013 foram instituídas para alinhar as práticas brasileiras aos padrões internacionais e garantir que as instituições bancárias mantenham um capital adequado para enfrentar riscos e garantir a estabilidade do sistema financeiro. O Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) são componentes essenciais dessa regulamentação.

Em relação ao tema, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Explique a diferença entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2013. Em sua resposta, indique como cada um é calculado e qual a sua importância para a análise da solidez financeira das instituições financeiras.**
- B) Analise o impacto das alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2013 sobre o cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Explique como essas alterações afetam a gestão de risco e a regulação das instituições financeiras.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Realização

